

# Texto da nova Constituição vai a plenário e terá novas emendas

Foto de Jamil Bittar

BRASÍLIA — Com a aprovação do projeto do relator Bernardo Cabral, na noite de sábado, pela Comissão de Sistematização, começa a quarta fase de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Depois de ter passado pelas subcomissões, pelas comissões temáticas e pela de Sistematização, o texto será agora encaminhado ao plenário para receber novas emendas, inclusive as de mérito e as populares, e poderá ser completamente alterado.

Pelo cronograma da Constituinte, os trabalhos em plenário deveriam começar no dia 18, sábado, mas como a data coincide com a Convenção Nacional do PMDB, o prazo foi adiado por dois dias e somente na próxima segunda-feira será deflagrado o processo de discussões plenárias do projeto constitucional. Por força do mesmo acordo que garantiu a aprovação rápida e sem pedidos de destaque do texto de Bernardo Cabral, as seis mil emendas que já foram encaminhadas à Comissão de Sistematização assimiladas ou não pelo relator, serão renumeradas.

O projeto de Constituição aprovado tem 496 artigos — apenas cinco menos que o primeiro texto de Cabral e recebeu 324 emendas, que no entendimento do relator e do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, foram consideradas "pertinentes". Durante esta semana, sem compromissos oficiais, os parlamentares se ocuparão de traçar a estratégia que será adotada para as discussões em plenário e o encaminhamento das emendas.

Por sugestão do Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), a Executiva da Frente Liberal convocará, provavelmente a partir da próxima quarta-feira, uma reunião da bancada do partido para uma ampla discussão sobre todo o projeto constitu-



Após a última reunião da 3ª fase de trabalhos, líderes discutem o texto

cional, com o objetivo de levantar os temas polêmicos e chegar em plenário com posições unitárias.

Segundo o Deputado Inocêncio de Oliveira, Vice-Líder do PFL na Câmara, esta reunião permitirá ao partido chegar a posições unitárias e definir, inclusive, a margem de negociação para a tentativa de acordos com os demais partidos.

— Vamos partir de um projeto muito ruim, não por culpa do relator mas pela própria forma que escolhemos, para desenvolver este trabalho, partindo do nada. Se não tivermos disponibilidade para o entendimento, não conseguiremos votar uma nova Constituição ainda este ano. O acordo para a votação do projeto do Bernardo Cabral mostrou como o entendimento é possível e importante.

Segundo Inocêncio, o PFL vai defender a posição de que a nova Cons-

tituição brasileira seja o mais possível genérica e ampla.

— Se nos prendermos a temas específicos, como na atual redação, ela estará caduca logo depois de aprovada — afirmou.

Entre os temas que o Deputado considera não serem pertinentes ao texto constitucional estão algumas das principais polêmicas dentro da Assembleia, como a jornada de trabalho e a estabilidade de emprego, que ele considera assuntos típicos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ou a criação de novos Estados, temas para a legislação ordinária. Até mesmo questões relativas ao regimento interno da Câmara Federal, segundo Inocêncio, estão mencionados no projeto constitucional, como o número de comissões que ela deva ter.

— Isso é ridículo, comentou o Deputado, dizendo que a nova Carta não deva ter mais de 200 artigos.

## Projeto põe limites à negociação da dívida externa

BRASÍLIA — A dívida externa brasileira não poderá ser transformada em capital de risco de empresas estrangeiras no Brasil. Este é o conteúdo do primeiro projeto de decisão aprovado pela Comissão de Sistematização e que será encaminhado ao plenário da Constituinte para discussão e votação.

A votação na Comissão de Sistematização aconteceu no noite do último sábado, em assembleia extraordinária convocada pelo Presidente Afonso Arinos. Este foi o quarto "projeto de decisão" encaminhado à Comissão e, pela primeira vez, este instituto irá à votação plenária, assim que for encaminhado pela mesa

da Assembleia.

O instrumento do "projeto de decisão" foi um dos pontos mais polêmicos quando da aprovação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Acusado de ser uma "tentativa de golpe por parte do Legislativo sobre o Executivo", já que daria aos Constituintes plenos poderes, a redação final o definiu como um instrumento destinado a "sobrestar medidas que colequem em risco a soberania da Assembleia Nacional Constituinte", de acordo com o artigo 59, do Regimento.

Aprovado numa sessão bastante tumultuada, logo depois da votação do projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, a proposta feita

pelo Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) e encaminhada pelo líder do PT, José Genoíno (SP), gerou muita polêmica entre os parlamentares.

— Isso não é assunto para projeto de decisão. — argumentou o Vice-Líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE) — Em que a dívida externa coloca em risco o funcionamento da Constituinte? Isso não vai nunca ser aprovado em plenário.

Entre o PMDB e os partidos de esquerda, no entanto, a aprovação, por parte da Comissão de Sistematização, teve um importante significado político, porque marcou uma posição dentro do mais importante poder constituído atualmente no Brasil.